

**CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA DO NOVO
QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DA POVOAÇÃO**

Povoação, 1 de março de 2020

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Estamos hoje, aqui, nesta cerimónia a marcar, simbolicamente, o arranque da obra de construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários da Povoação.

Se esta é a circunstância concreta que aqui nos traz, esta cerimónia e esta obra encerram um significado que vai bem para além deste momento e deste espaço.

Um significado que, desde logo, nos fala do cumprimento de uma promessa, que nos fala do honrar de um compromisso assumido por mim, e que, por muitas questões, peripécias ou contratemplos que tenham surgido neste processo de construção do novo quartel, em momento algum estive em dúvida ou foi posto em causa.

Cá estamos, pois, e desde logo, a sinalizar que, em mais um caso, palavra dada é palavra honrada.

Este é um investimento que ascende a cerca de 2,6 milhões de euros e com ele pretendemos garantir uma melhoria significativa na capacidade operacional e no grau de prontidão do corpo de bombeiros, condição que é, naturalmente, essencial para uma resposta rápida e eficaz às solicitações de emergência que recebem.

E este avanço na capacidade operacional resulta de dois fatores, o primeiro dos quais tem a ver com o facto de os bombeiros da Povoação passarem a dispor de novas instalações criadas de raiz, com todas as condições operacionais e de conforto, mas também devido a uma nova localização que resolve, em definitivo, os constrangimentos a que está sujeito o atual quartel.

Este será, pois, um edifício com mais espaço para formação e para realização de exercícios, bem como para albergar todas as viaturas deste corpo de bombeiros, dando também resposta ao novo quadro de valências que, com o passar do tempo, os bombeiros voluntários da Região foram assumindo.

Com este investimento significativo, o objetivo do Governo é muito claro: criar todas as condições para reforçar a proteção da população que é servida pelos Bombeiros da Povoação, tornando mais seguras e eficientes as operações de socorro.

Mas, se há pouco vos falava do significado desta cerimónia, que transcende este momento e este espaço, gostaria de retomar esse aspeto e, desde logo, dizer-vos que, dificilmente, poderíamos ter encontrado melhor forma de celebrar, neste ano de 2020, o Dia Mundial da Proteção Civil que hoje se comemora.

Na verdade, com a realização deste investimento reforça-se a capacidade coletiva de resposta a situações de emergência, sinaliza-se o contínuo apetrechamento dessa componente de atuação regional e enaltece-se o contributo de tantos e tantos que, por toda a nossa Região, dedicam o seu tempo, o seu trabalho e o seu saber à nossa segurança coletiva.

Quero, por isso, nesta ocasião e neste dia, dirigir uma saudação a todos os bombeiros dos Açores e a todos aqueles que, nos órgãos sociais das associações humanitárias, são, em muitos casos, a diferença entre a vida e a morte, quantas vezes com o risco da sua própria vida ou da sua integridade física.

A todos endereço, em especial neste dia, a saudação, o reconhecimento e a homenagem do Governo dos Açores pelo seu contributo, pelo seu empenho e pela sua dedicação.

Quis o destino, - a que a ação dos homens não é indiferente -, que estivéssemos hoje, aqui, nesta cerimónia, exatamente na véspera da passagem de 125 anos sobre a data do decreto que, pela primeira vez, estabeleceu a possibilidade dos Açores, então ainda três distritos, poderem decidir de maneira diferente.

De facto, o Decreto de 2 de março de 1895, embora se limitasse apenas a uma Autonomia de natureza tão só administrativa, é considerado como o diploma legal a contemplar a possibilidade de uma regime diferente, - o chamado regime autonómico -, ou, para utilizar as palavras de um dos principais vultos daquele que ficou conhecido como o primeiro movimento autonomista, Aristides Moreira da Motta, a Livre Administração dos Açores pelos Açorianos.

Trago essa efeméride à colação, porque, mais uma vez, esta cerimónia em que aqui estamos leva-nos a um significado mais profundo, que, no que releva para o caso presente, entronca com a própria Autonomia.

Na verdade, tem sido, e é, no exercício da Autonomia da qual o referido Decreto de 2 de março de 1895 é consensualmente aceite como precursor, que temos aqui na nossa Região criado as condições para que, em situações de emergência, de calamidade e, quantas vezes de angústia e temor, se garanta uma resposta próxima, presente, atempada, atuante e eficaz.

Sobretudo uma resposta que não peque pelo desconhecimento ou pela distância, como quase certamente aconteceria se não tivéssemos a nossa Autonomia.

E é por isso, caras e caros amigos, que, também sob esse prisma, esta é uma cerimónia cujo significado transcende este momento e este espaço.

Pois, na singeleza do lançamento de uma primeira pedra, afirma-se também a Autonomia que, através do Governo, decide que, aqui na Povoação, deve ser construído um novo quartel de Bombeiros, afirma-se a Autonomia que, através do Governo, garante os recursos, sejam eles próprios ou de fundos comunitários a que, como Região Autónoma temos acesso, para fazer esta obra acontecer, afirma-se a Autonomia, a nossa Autonomia, de sermos senhores do nosso destino.

É esta Autonomia que permite concretizar o ciclo de investimento que temos materializado em vários quartéis de bombeiros dos Açores e que ascende, desde 2015, a um montante global de cerca de sete milhões de euros.

É esta Autonomia, que, através do Governo, fez acontecer a remodelação e ampliação dos quartéis de Santa Maria e das Lajes das Flores, obras já concluídas, assim como a empreitada que está a decorrer no quartel das Lajes do Pico.

É essa Autonomia que faz acontecer este novo quartel da Povoação e, para além deste, também, com obra a arrancar no segundo semestre, o novo quartel para os Bombeiros da Horta, investimento de cerca de 2,9 milhões de euros.

É esta Autonomia que permitiu aprovar o designado Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, que permitiu aprovar o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil, o Regulamento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e o Regulamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida.

Na prática, ao reorganizar todo o sistema de Proteção Civil nos Açores, criamos melhores condições para reforçar a segurança e o socorro aos Açorianos de cada um dos nossos concelhos e de cada uma das nossas ilhas.

É esta a Autonomia.

É esta Autonomia que permitiu melhorar as condições de financiamento às associações de bombeiros voluntários e, por essa via, melhorar também a recompensa devida por este trabalho tão exigente e árduo desempenhado pelos nossos bombeiros, com a decisão de aumentar o seu vencimento, num processo ainda sem paralelo a nível nacional.

Os 310 bombeiros assalariados dos Açores viram o seu vencimento crescer quase 13,5%, em 2020.

E este é um processo que deve continuar no futuro, no sentido de, aproximando-nos nós da conclusão da fase das infraestruturas, podermos centrar a nossa atenção na melhoria das condições de exercício dessa atividade.

É esta Autonomia, que amanhã celebra um dos seus marcos fundadores, que nos permite investir cerca de 8,5 milhões de euros nas diversas áreas da Proteção Civil, desde os equipamentos e comunicações, passando pelas infraestruturas e pelos protocolos de apoio com as associações de bombeiros, até à importante componente da formação, tanto dos corpos de bombeiros, como da população.

É esta Autonomia de resultados, não de palavras, que eu hoje aqui invoco a propósito da passagem dos 125 anos sobre a aprovação do decreto de 2 de março de 1895.

E faço-o com a firme convicção que é com os atos e com os resultados desta Autonomia que melhor podemos honrar aquelas que, por ela e nela, nos antecederam.

Muito obrigado pela vossa atenção, muitos parabéns e votos de excelente trabalho!